

A ampliação da cobertura e a previsibilidade dos recursos destinados à proteção do produtor foram apontadas como condições para preservar a competitividade do agro e a segurança alimentar

Da esq. para dir.: Natália Ariede, Muni Lourenço, Samara Farias e? Hailton Madureira

A ampliação do seguro rural é uma das principais prioridades da agenda do agronegócio brasileiro diante do aumento dos riscos climáticos. A avaliação foi feita por Muni Lourenço, presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas (FAEA) e vice-presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), durante o evento Brasil 2030: Economia, Clima e Competitividade, realizado nesta terça-feira (4), na sede da Times Brasil, em São Paulo.

"A nossa posição é de extrema prioridade. A CNA trata esse assunto como pauta prioritária e atua junto à Frente Parlamentar da Agropecuária para que o Congresso estabeleça marcos legais que deem segurança ao seguro rural. Precisamos de volume e de condições compatíveis com a envergadura do agro brasileiro. Todas as grandes agriculturas do mundo têm grande cobertura de seguro rural e o Brasil está fora da curva nesse quesito", afirmou.

Para o dirigente da CNA, fortalecer o seguro rural faz parte de uma estratégia mais ampla para manter a capacidade produtiva do País diante da intensificação dos eventos climáticos. Ele lembrou que o Brasil abastece mercados em diferentes continentes e que a adaptação da agropecuária depende da combinação entre pesquisa, inovação, assistência técnica e acesso a tecnologias capazes de elevar a produtividade com menor impacto ambiental.

"O desafio da questão climática em relação ao agro remete à necessidade de uma aceleração ainda maior e contínua da adoção de novas tecnologias que conciliem o aumento da produtividade com a sustentabilidade ambiental", disse.

O tema ganhou ainda mais relevância diante da redução da cobertura do seguro rural. Para Hailton Madureira, diretor de Relações Institucionais da Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg), o País vive um cenário em que os riscos aumentam enquanto os mecanismos de proteção perdem alcance.

"O setor de agricultura é o que talvez mais sofrerá os efeitos das mudanças climáticas. Aconteceram tragédias no Rio Grande do Sul, enchentes em diferentes regiões do País e, mesmo assim, a área segurada no Brasil vem caindo. É um setor em que o risco aumenta enquanto o subsídio ao seguro agrícola diminui", afirmou.

Na avaliação do diretor da CNseg, essa combinação amplia a vulnerabilidade da atividade agropecuária justamente quando secas, enchentes e outros eventos extremos se tornam mais frequentes. Para ele, ampliar os recursos destinados ao Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural é importante, mas o País também precisa construir uma política permanente que dê previsibilidade ao produtor e ao mercado. "O seguro protege não só o crédito, mas também o capital investido pelo agricultor", afirmou.

Hailton observou que, sem instrumentos de proteção mais robustos, perdas provocadas por eventos climáticos acabam sendo absorvidas por renegociações de dívidas e programas emergenciais. Segundo ele, ampliar a cobertura do seguro rural significa reduzir a exposição financeira do produtor e criar um ambiente mais seguro para novos investimentos no campo.

O debate também abordou o papel do sistema financeiro na construção de uma agricultura mais resiliente. Para Samara Farias, gerente executiva de Sustentabilidade do Banco da Amazônia, os recursos destinados à agricultura de baixo carbono, aos sistemas agroflorestais e a outras práticas sustentáveis vêm crescendo, mas a transição precisa alcançar também as operações tradicionais.

"Ao mesmo tempo em que aumentamos o volume de recursos investidos em agricultura de baixo carbono, sistemas agroflorestais e outras práticas sustentáveis, precisamos investir em mecanismos que tornem mais resilientes as operações que ainda não estão integradas a essas práticas", afirmou.

Na avaliação da executiva, a adaptação do setor passa pela criação de instrumentos capazes de reconhecer economicamente os benefícios ambientais gerados dentro das propriedades rurais.

"Quando falamos de sustentabilidade no setor rural, precisamos trabalhar mecanismos que, além de verificar a regularidade na concessão do crédito, também remunerem a entrega e os serviços ecossistêmicos", disse.

Segundo Samara, práticas como integração lavoura-pecuária-floresta, sistemas agroflorestais e recuperação de pastagens já geram benefícios relacionados à conservação da água, ao carbono e à recuperação ambiental. O desafio, afirmou, é desenvolver mecanismos financeiros e metodologias capazes de transformar esses resultados em valor econômico para os produtores.

As discussões reforçaram que a adaptação da agropecuária às mudanças climáticas depende de uma combinação entre inovação, crédito, gestão de riscos e ampliação da cobertura do seguro rural. Na avaliação dos participantes, fortalecer esses instrumentos será decisivo para preservar a competitividade do agro brasileiro e sua contribuição para a segurança alimentar.

O evento na sede da Times Brasil integrou a programação da CNseg durante a Semana do Clima de São Paulo. Este foi o segundo dia de atividades da Confederação, cuja agenda contempla debates sobre financiamento climático, infraestrutura, ciência, agronegócio e gestão de riscos.

[»Confira a agenda completa aqui](#)

Fonte: CNseg, em 05.08.2026.